

A REVISTA A ÉPOCA E O ESTUDANTE DE DIREITO (1906-1917)

Camila Souza Alves

Mestre em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: camilasouzaalves@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo realiza uma análise dos temas e estilos apresentados pela revista A Época entre os anos de 1906 e 1917 e alia essas preferências ao perfil de estudante de direito traçado por ela. Trata-se de um periódico produzido pelos alunos da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, primeira instituição de ensino superior em Direito da Capital Federal do início do século XX. Busca-se perceber a fala do periódico quanto ao perfil do estudante de direito de seu tempo. Mobilizando o arsenal teórico-metodológico do contextualismo linguístico. Identifica a criação de uma rede semântica em que se opõe política a ciência/literatura, ligando o Direito e seu estudante ideal.

Palavras-chave: Faculdade de direito; Estudante de direito; Primeira República; Contextualismo linguístico.

ABSTRACT

This article presents an analysis of themes and styles presented by the magazine A Época between the years 1906 and 1917 and combines these preferences to the law student traced by their profile. This is a journal produced by students of the Free School of Law and Social Sciences of Rio de Janeiro, the first institution of higher education in Law in the Federal Capital of the early twentieth century. I intend to perceive the in the journal speech as to the law student of his time profile. Mobilizing the theoretical-methodological arsenal of linguistic contextualism. Identifying the creation of a semantic network which opposes political science / literature, linking the student and its ideal.

Keywords: Law School; Student of Law; First Republic; Linguistic Contextualism.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa documental que teve como objeto a revista *A Época*¹. O periódico foi criado em 1906 por alunos da Faculdade Livre Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e circulou com alguns intervalos até o ano de 1960 na já então Faculdade Nacional de Direito².

Acredito que *A Época* seja uma possível chave para o ingresso em parte do universo em que foi criada. A revista reúne características que falam de variados aspectos: da imprensa acadêmica, da produção do conhecimento em direito, da vida universitária, acadêmica, do

¹O artigo é um extrato de minha dissertação de mestrado, desenvolvida durante os anos de 2010 e 2012, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF), sob a orientação da Professora Doutora Carmen Lúcia Felgueiras.

²A revista foi criada pelos alunos que frequentavam a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais. A instituição foi concebida, em 1882, por Fernando Mendes, mas apenas recebeu autorização para funcionar em 1891 quando assinou-se o decreto de 2 de janeiro daquele ano. Nesse mesmo contexto, foi criada a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, por França Carvalho. Ambas as instituições seguiram caminhos próprios até o ano de 1920 quando, em razão de acordo firmado entre as faculdades, associaram-se, tendo sido reconhecida a fusão através do decreto n. 14.163 de 12 de maio de 1920. O novo estabelecimento de ensino passou a chamar-se Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 7 de setembro do mesmo ano, o presidente Epitácio Pessoa fundou a Universidade do Rio de Janeiro, da qual faziam parte a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Ao contrário dos dois outros estabelecimentos de ensino, a Faculdade de Direito permanecia como um estabelecimento gerido através de recursos privados. Em 1937, passou a integrar a Universidade do Brasil, chamando-se Faculdade Nacional de Direito. Em 1967, foi transformada em Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como hoje é denominada. A história da Faculdade Nacional de Direito foi narrada por Pedro Calmon (1945).

fazer literário e, mais que todos, do ser um estudante de direito. Feito para esse público, o periódico está imerso nas redes de sociabilidade pelas quais circulavam esses atores e preocupava-se com as questões que neles eles repercutiam. Este trabalho visa a olhar detidamente para o estudante de direito e a compreender as narrativas que a própria revista lhe confere.

Sendo uma publicação mensal – embora raramente conseguisse ser publicada nessa periodicidade – e contando, portanto, com um grande número de publicações, minha primeira preocupação foi estabelecer um período a ser estudado. Optei por fazer um recorte temporal que compreendesse o intervalo entre o ano 1906 (ano de inauguração da revista) e o ano de 1920, momento em que o periódico se altera bastante em razão da inclusão do corpo de alunos da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, pela fusão dessa instituição à Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais. Nesse ano, além de incorporar aqueles estudantes em seu corpo de redatores, a revista passa a dialogar com instituições discentes também vindas daquela instituição, como, por exemplo, o Centro Acadêmico Candido de Oliveira, o CACO, existente naquela faculdade desde 1916. Prefiro concentrar-me neste primeiro período, isto é, no momento em que o periódico se forma e se consolida por um grupo mais homogêneo que nos anos

seguintes. Como a Biblioteca Carvalho de Mendonça não dispõe de exemplares dos anos de 1918 a 1920, o trabalho restringe-se aos anos de 1906 a 1917.

Foi feito também um recorte temático que guiou a seleção das partes da revista a serem analisadas. Sem querer me valer de um ponto de vantagem em relação aos redatores, que não poderiam ter vivido para conhecer ou ter adivinhado o futuro do direito e os futuros perfis de seus alunos, o subtítulo da revista – “revista litteraria e scientifica” – foi um dos aspectos determinantes na escolha dos textos a serem lidos. A revista produzida por estudantes de uma instituição de ensino jurídico pretendia, por um lado, ter uma feição que falta hoje às faculdades de direito – científica – e, por outro, dialogar com um campo bastante distante atualmente do cotidiano jurídico – a literatura. Sem dúvida, as observações metodológicas de J. A. Pocock e Quentin Skinner me levaram a indagar sobre o que queriam aqueles redatores dizer com essas palavras. Busquei, assim, observar textos inscritos nestes dois gêneros discursivos. Ao lê-los, no entanto, não perdi de vista as perguntas que orientaram esta pesquisa, assim formuladas: o que era, para aquela comunidade, um estudante de direito e o que ela entendia por ciência do direito e seu ensino?

Foi feito um levantamento dos periódicos encontrados – ao que se sabe exclusivamente – na Biblioteca Carvalho

de Mendonça da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, considerando-se o intervalo de tempo mencionado. Dentre os mais diversos tipos de textos, analisei aqueles que tratam do cotidiano da revista e da faculdade. Nesses primeiros anos, duas seções nos pareceram bastante relevantes para nossa pesquisa: Echos (mais tarde substituída pela seção Notas) e Chronicas. Ambas são algo próximo ao que conhecemos como editorial, isto é, trazem o dia a dia da revista e veiculam posicionamentos em relação aos textos, aos fatos expostos e à própria vida da faculdade. Diferenciam-se entre si porque uma – Echos – tem feição mais burocrática; trata-se de uma explicação ao leitor da feitura da revista e de suas atividades enquanto órgão discente. A seção Chronicas, por seu turno, está mais próxima do gênero literário de igual nome. Assim, fala também da própria revista, de seus artigos e cotidiano, não se esquecendo de narrar alguns eventos da faculdade; tudo isso, entretanto, a partir de uma linguagem mais coloquial e irônica. Seu formato diz muito de si: sempre curta, sem assinatura, sem uma posição fixa, informal e realizando uma espécie de jogo com a perspicácia de seu leitor, não distinguindo os espaços de ficção ou realidade.

Além dessas seções, os textos em que redatores-chefes se apresentavam aos leitores e se despediam da direção da revista foram também objeto de análise. Nesses momentos, eles narravam o

processo eleitoral que os teria levado até aquele posto e também reportavam um balanço do ano em que estiveram à frente do periódico. Ao analisar as falas sobre esse pequeno trecho da política estudantil daquele tempo, chega-se a reflexões importantes sobre a relação entre direito e a política para aqueles atores.

Cabe dizer que, embora não tenha-se proposto um trabalho de confronto de mais de um periódico, podemos ainda assim dizer que a investigação colocou em debate formas diversas de se expressar ou, na terminologia de Pocock, diferentes idiomas. O material proporciona o tratamento de um vocabulário e uma forma de enunciar afeito ao campo literário – ora informal, provocativo e jocosos; ora com tons de uma erudição parnasiana – e outro jurídico, marcado pela formalidade, discrição e seriedade. Pode-se afirmar que, embora este trabalho não realize um estudo comparativo, propõe-se a realizar uma análise que privilegie o caráter intertextual e interdiscursivo dos enunciados analisados.

Por fim, valendo-me da formulação de Pocock, segundo a qual a linguagem não deixa de aludir aos elementos de sua experiência (2003, p. 36), busco situar os enunciados investigados também no lugar onde foram concebidos. Dessa maneira, observo neles a construção narrativa que elaboram quanto à organização social da faculdade de

seu tempo. Ressalto que, com isso, não tento reconstruir aquele ambiente, mas sim a fala sobre aquele tempo e lugar.

Este artigo divide-se em duas partes: a primeira seção é um esforço de compreensão do contexto sócio-histórico que circundava a revista e de sua relação com os movimentos intelectuais que animavam aquele momento. A ela, segue-se uma breve análise dos textos selecionados.

Como disse, a revista *A Época* é uma das possíveis entradas no ambiente jurídico-acadêmico da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro durante os anos em que esteve em circulação. Em termos mais abrangentes, é um fragmento das práticas sociais daqueles jovens que a redigiam e que habitavam não apenas os bancos da faculdade de direito, mas o Rio de Janeiro enquanto capital federal do início do século XX. Estudá-la não vai nos garantir a reconstituição daquele universo, mas certamente trará contribuições relevantes para a sua compreensão.

O CONTEXTO DE CRIAÇÃO E OS ANOS DE CIRCULAÇÃO DA REVISTA A ÉPOCA

A *Época* surge no início do século XX, apenas dezessete anos após o advento da Primeira República. Esta seção tratará, brevemente, das ideias que animaram a intelectualidade que colaborou para a instauração desse regime, e também da decepção que a acometeu posteriormente.

Algumas Heranças do Sonho da República e de seu Desfazimento

Embora um periódico discente, A Época não esteve, em momento algum, distante do corpo de professores que lecionavam na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Os primeiros números trouxeram, todos, textos dos lentes da casa, destacando-se a participação de Sylvio Romero, que participara, inclusive, do corpo editorial nos primeiros três números. Anos mais tarde, seriam bastante queridas a presença de textos, fotos e homenagens ao Prof. Clovis Bevilácqua. Por que trazemos essa informação quando estamos tratando de contexto?

Como se sabe, Sylvio Romero e Clovis Bevilácqua³ já eram, nos anos de 1900, personalidades da intelectualidade brasileira. Haviam cogitado e participado da inauguração da República no Brasil, fazendo parte da Geração de 1870⁴. Eram também, enquanto professores da mencionada instituição, queridos e próximos, se não podemos dizer do

³Sylvio Romero esteve na Faculdade desde sua fundação em 1891. Clovis Bevilácqua passou a compor o quadro de lentes da instituição em 1911. Pedro Calmon Fonte bibliográfica inválida especificada. qualifica assim, respectivamente, os dois personagens: “um dos maiores espíritos que iluminaram as letras brasileiras, superior, sem dúvida, pela fecundidade de sua vida intelectual extensa, aos demais confrades seus da ‘escola de Recife’, trazida por ele para o Rio de Janeiro, em forma d’uma brilhante revolução espiritual”; “o maior jurista brasileiro em sucessão de Teixeira de Freitas, glória do fóro e insigne autor de livros magistrais”.

⁴Sobre essa geração, remetemos ao texto de Ângela Alonso (2002).

corpo de alunos, podemos, ao menos, afirmar que o eram da revista, não apenas pela contribuição que prestavam com seus textos, mas pelas reiteradas menções que o periódico a eles confere.

Quero com isso dizer que aqueles redatores estiveram em contato não somente com esses professores, mas com as ideias de um grupo de intelectuais que experimentaram o movimento que enfraqueceu, profundamente, a antiga rede simbólica da Monarquia brasileira. Usarei a minuciosa investigação de Maria Tereza de Chaves Mello (2011) referente ao momento histórico em que o Brasil pensou e concretizou a República. A opção por ela se faz porque, em vez de perseguir eventos, a autora refaz o percurso dos sentidos de algumas ideias que animaram essa geração que seria, após, desencantada pela realidade que se apresentou.

O sonho da República

O argumento central de Mello (2009; 2011) vai à contramão de uma construção historiográfica que tornou a República um acontecimento que prescindiu da participação popular – aquela que segue o famoso preceito de Aristides Lobo, segundo o qual o povo teria assistido bestializado a Proclamação da República – subentendendo-se, dessa omissão, uma aderência ao regime monárquico.

De sua inquirição, apreendo a interpretação segundo a qual a concepção de República foi construída através do

uso reiterado de um recurso retórico, denominado por Koselleck (2006) como construção de pares antônimos assimétricos. A ideia de República teria sido, gradativamente, contraposta à de Monarquia, ligando-se a ela as noções de liberdade, soberania popular, chefe eleito e responsável, talento ou mérito, cidadania, energia, progresso, federalismo, ciência; e à Monarquia conectavam-se ideias como tirania, soberania de um, chefe hereditário, sagrado e inimputável, privilégio, súditos, apatia, atraso, centralização, teologia. Para entender como as noções de atraso e futuro ligaram-se, respectivamente, à República e à Monarquia, faço uma pequena digressão e volto à atividade da geração de intelectuais da década de 1870.

É a partir da década de 1870 que a sociedade brasileira letrada é visitada por algumas ideias já conhecidas da Europa; uniu-se ao aqui já conhecido positivismo de Comte, o evolucionismo social de Spencer, o cientificismo e o materialismo (Lopes 2004). Mello (2009) destaca que essas ideias foram capazes de mudar profundamente a mentalidade dos intelectuais dessa geração por duas razões: primeiramente, porque conferiam uma historicidade à noção de progresso e, também, por colocarem a ciência em patamar tão alto que apenas ela era reconhecida como legítima à explicação de qualquer fenômeno, fosse ele natural ou social.

A novidade da pesquisa de Mello está na sua percepção de que essas

ideias foram difundidas a tal ponto que passaram a ser partilhadas não apenas pelos letrados assumidamente republicanos como também pelos monarquistas. Mais ainda, chegaram às camadas iletradas em razão de configurações de que adiante falaremos. Mobilizando o conceito de crise de direção de Gramsci⁵ e observando os pares antônimos assimétricos, como sugere Koselleck (2006), a pesquisadora percebe que a visão de mundo imperial é lentamente varrida do cenário brasileiro.

Percebe a autora que à República é associada uma ideia de futuro inevitável, uma vez que o estudo de outras sociedades embalado pela doutrina evolucionista entendia que as sociedades humanas caminhavam para o progresso. Dessa maneira, ao passo da crença depositada em entidade sobrenatural, o apego à religião e a relação entre essa e o Estado – todos os signos que estavam atrelados à monarquia – sucedia a comprovação científica, a laicização dos governos e a democracia – símbolos movimentados pela República.

Essas doutrinas não são, no Brasil, discutidas e debatidas, havendo, na verdade, poucos que se filiassem a uma delas integralmente. Ângela

⁵De acordo com o filósofo, uma classe só poderia fazer valer sua visão de mundo – nos termos do autor, exercer hegemonia – caso a dominação acompanhe uma direção, isto é, caso disponha do controle do arsenal simbólico partilhado pelo grupo. Uma crise acontece quando algumas mudanças causam uma cisão entre os símbolos e os seus referenciais. Nesses casos, explica Mello (2009), a sociedade passa a aderir a novas representações, através de novos arranjos discursivos. Cf. PORTELLI, 1977.

Alonso (2002) não vê esse fenômeno com os olhos reprovadores de certa tradição historiográfica. Percebe, antes, assim como Mello, que essa geração instrumentaliza essas teorias para pensar as questões nacionais. Segundo as autoras, a divulgação dessas ideias não se restringiu, como dissemos, aos poucos letrados que tínhamos no país. Para isso contribuiu o crescimento, na década seguinte, de um público leitor, por um lado, e, de outro, de uma rede de jornais independentes, da produção de livros, panfletos, conferências, encontros, a maioria desses na Corte, mais especificamente, na Rua do Ouvidor.

Ali, em meio às discussões em cafés, redações de jornais, livrarias, conferências públicas conviviam literatos, como Olavo Bilac, Aluísio Azevedo, Artur Azevedo, Luís Murat, Pardal Mallet, Coelho Neto, Guimarães Passos, com a mocidade militar, cada vez mais prestigiada. Na mesma rua estavam, além deles, senhoras e moças, boa parte delas interessada nas vitrines ou nos passeios; dentre todos eles, trabalhando, perambulando, pedindo, encontravam-se escravos, trabalhadores livres, meninos pobres. Maria Tereza Mello cita as observações de Sylvio Romero e de Rui Barbosa quanto à relação entre a política e a rua: dizia o primeiro, “o Brasil é o Rio de Janeiro, dizem os insensatos, incapazes de compreender o espírito de uma nação e que o enclausuram nas vitrines da Rua do Ouvidor” (Apud Mello 2009,

p. 25); enquanto o outro constatava: “O aspecto da capital é inenarrável. (...). As ruas borbulham de alvoroço. A política invadiu todos os colóquios, emudeceu todas as preocupações” (Apud Mello 2009, p. 26). Aquelas ideias passeavam pela Rua do Ouvidor e pelos ouvidos de seus visitantes, fossem eles ilustres ou populares; mais que isso, encantavam por serem portadoras de uma esperança de mudança, de movimentação do status quo, por estarem opostas às promessas monárquicas de reformas que nunca se cumpriam. Movimentação versus inércia, outro par de antônimos assimétrico que se ligavam à república e à monarquia, respectivamente.

O desmonte da cultura imperial deu-se, assim, lentamente, mas de maneira profunda. A rede de valores simbólicos da monarquia, aos poucos, deixou de ser referenciada; seus símbolos já nada comunicavam. Os valores da república estavam cada vez mais presentes na fala daquela sociedade. Como nos fala Mello (2009), os homens da imprensa, da literatura, os jovens militares e oradores importantes eram todos republicanos ou simpatizantes. A fala de Assis Brasil é representativa do entranhamento da semântica republicana no nosso cotidiano: “É grande no nosso país o número daqueles que, sendo republicanos, não o julgam ser” (Apud MELLO, 2011, p. 125). A República era um projeto, ou, nas palavras da autora, um sonho de futuro.

O desfazimento do sonho

Chegou a República, mas não chegaram com ela os resultados esperados. Intelectuais outrora ávidos pela chegada da República, logo assistiram e participaram de um dos mais turbulentos da história nacional e, principalmente, da história do Rio de Janeiro, como relatam Renato Lessa (2001), Ângela de Castro Gomes (1994), José Murilo de Carvalho (1987) Maria Tereza Mello (2011) e certamente outros estudiosos.

Inicialmente, a comunidade letrada demonstrou, com entusiasmo, seu apoio ao novo regime, desejando uma aliança entre “os homens de letra e o povo” (CARVALHOJ.M.,1987,p.25). O ânimo durou, no entanto, apenas até o governo de Marechal Floriano. Os intelectuais que ansiavam por sua chegada foram esquecidos no momento de construção dos quadros governamentais, ficando, apenas, com algumas posições na política local. Ainda assim, foram, em seguida, no governo do Marechal de Ferro, perseguidos, exilados e presos. Truculência maior enfrentou boa parte da população carioca. Caça aos capoeiras, luta contra os bicheiros, proibição de jogos, demolição, pelo prefeito Barata Ribeiro, do famoso cortiço Cabeça de Porco, máxima energia na contenção das revoltas que sucederam – a Revolta da Armada e a Federalista – além do fechamento do Congresso. Nenhuma dessas facetas era esperada da República dos sonhos.

Os intelectuais – que imaginavam enfim poder, por seu talento, suceder aos filhos das tradicionais famílias – assistiram a ocupação dos cargos que almejavam se dar através de negociações. “Não foi a República do talento, não foi a meritocracia. Em vez da aristocracia, o país foi convulsionado por um tumulto quase anárquico que desembocou num regime oligárquico” (MELLO, 2011, p. 131). Desiludidos, refugiaram-se uns nas torres da estética e outros na pequena burocracia. De uma ou de outra maneira, passaram, aos poucos, a fazer parte da pequena burguesia brasileira. Para além da desilusão, o aburguesamento e burocratização dos intelectuais estaria ainda conectados à tentativa de preservação de uma ética da ordem em meio ao caos que acreditavam ver.

Maria Alice Rezende de Carvalho (2007) relembra que, se durante o Império os intelectuais se organizavam em torno de Academias e Institutos⁶,

⁶Importante comentário é feito pela autora no que tange às Escolas: “durante o Império, ainda que existissem cursos regulares de direito, medicina e engenharia, tais Escolas não conformavam o centro da vida intelectual no Brasil, consistindo, antes, em espaços de socialização de jovens da elite, sobretudo no caso das Escolas de Direito, para ocupação de cargos públicos. Na prática, portanto, eram instâncias do jogo político, mais do que agências de produção intelectual e inovação técnico-científica”. As academias e institutos seriam, assim, o local em que de fato se concentrava a produção intelectual e o espaço legítimo para se conferir a algumas atividades o status de profissão, já que era comum a existência de práticos (contrapostos, portanto, pelas academias e institutos, com os experts), como os rúbulas, curandeiros e mestres-de-obras, disputando, respectivamente, com advogados, médicos e engenheiros.

espaços de produção intelectual e inovação técnico-científica, criados e incentivados pelo Poder Público, na República, sua organização seria distinta. O Império esteve voltado para a institucionalização dos mecanismos de poder e, por eles, havia conferido uma dimensão política às atividades intelectuais por ele organizadas – ainda que, assim fazendo, mantivesse uma rede de privilégios, em que ocupariam posições de destaque não apenas aqueles que passassem por tais institutos e academias, mas sobretudo os advindos de famílias tradicionais que ali tivessem experimentado conhecimento e socialização – ao passo que a República esteve voltada para a regulação da sociedade, isto é, para as novas formas de estruturação das diferenças sociais e para as atividades que seriam mediadas, a partir de então, pelo mercado. Não havia espaço, portanto, para se pensar a formação de uma intelectualidade como parte constitutiva do poder; a República, nos moldes como se deu – e não nos imaginados pela intelectualidade – poderia mesmo dispensá-la.

Por certo que as Academias e Institutos permaneceram existindo, mas não tinham nem ancoragem política, nem mesmo um mercado de bens simbólicos que pudesse fortalecê-lo, como indica Sergio Miceli (2001). Deveria a inteligência, portanto, se reordenar de acordo com a realidade que se lhe era apresentada: um nascente mercado

capitalista que se tornaria o ordenador das práticas sociais e, igualmente, das profissões intelectuais e instituiria uma tendência de desprendimento da esfera cultural/científico da arena política. É também Sergio Miceli (1979) quem nos diz das duas maneiras pelas quais a intelectualidade buscaria se reorganizar: (i) tentando uma reaproximação com a política, mas em bases totalmente distintas – e, para o autor, rebaixadas – baseadas em um apadrinhamento do intelectual por parte da classe dirigente enriquecida; (ii) ou, no caso das antigas profissões imperiais, mais prestigiosas, passariam à tentativa de institucionalização de suas práticas que levaria, alguns anos adiante, à tendência ao credencialismo.

É preciso sensibilidade para se reconhecer que, ao narrar esses fatos passados, procedo a generalizações e ordenações que, no cotidiano daquela época, ainda não estavam organizadas ou sistematizadas. Quero com isso dizer que não esses eventos não ocorreram de acordo com um fluxo linear; ao contrário, conviviam práticas antigas e novas, havia continuidades e descontinuidades, avanços e voltas e incertezas. O momento em que se situa esta pesquisa é ainda de muita instabilidade porque estamos há alguns poucos anos da inauguração dessa nova forma de governo. Os intelectuais estavam, assim, em meio a essa movimentação de que fala Miceli (1979); a Academia Brasileira de Letras, por exemplo, foi fundada em 1897,

portanto, em plena República e gozando de bastante prestígio, embora se hoje fale de um momento de enfraquecimento das academias em geral, o que nos leva a perceber que há que se ter cautela para não atuarmos anacronicamente, conforme aprendemos com Skinner e Pocock.

A *Época* está assim situada nesse intervalo de incertezas. Os intelectuais com os quais convivia a revista eram esses que, tendo debatido e esperado o novo Estado brasileiro, foram afastados da política do novo regime, mas que circulavam com prestígio pela esfera pública. Mantinham as formas de organização e se fiavam na rede de valores simbólicos que ajudaram a construir embora tivessem de repensar sua atuação na vida pública do Brasil.

Diante das inúmeras possibilidades de discussão que esse tempo e tema provocam, destaco, principalmente, dois pontos que entendo relevantes para a revista *A Época*.

O primeiro deles diz respeito à perenidade que acredito ter tido a rede simbólica que acompanha a noção de república pensada pela geração de 70 e fortalecida na década de 1880. Ainda que tenha sofrido pela não concretização de expectativas que a ela se ligavam, os valores que compunham essa rede não teriam sido enfraquecidos no início do século XX. Positivismo, materialismo, evolucionismo e cientificismo continuariam a ser paradigmáticos, havendo-se inclusive a elas recorrido para explicar a dificuldade que encontrou essa primeira

expressão republicana brasileira⁷. Não se perdeu, portanto, o elo entre a ciência e o progresso; ao contrário, a lamentação de intelectuais quanto à República deu-se também pelo obstáculo que aquela sua feição criou ao progresso por não privilegiar e cuidar de encontrar um lugar de destaque à ciência. Em outras palavras, o insucesso da república quanto aos apelos daqueles intelectuais deveu-se – acreditavam – não por questões relativas ao regime em si ou ao desajuste de qualquer uma das categorias que faziam parte de sua rede simbólica. A falha era externa.

A ideia de ciência como único meio legítimo de se conhecer e apreender o mundo seria uma das heranças que a nossa revista levaria consigo. Não é por acaso que a revista intitula-se científica e que, no texto inaugural, saúda a classe acadêmica como “intérprete fiel dos grandes sentimentos e comoções sociais” (*A Época*, n.1, p. 2). Há aqui certa continuidade do sentido que aqueles símbolos carregam.

Se, por um lado, colho desse debate a perenidade de uma rede simbólica, por outro, percebo que a desilusão conferirá efeitos práticos que seriam sentidos pelas novas gerações de intelectuais. Como dito anteriormente,

⁷“Reconhece-se afinal, que o nosso código orgânico não enfeixa as condições naturais do progresso. (...) Daí a maioria dos males. Fora absurdo atribuí-lo à República (...) Vêem [os americanos] nos sul-americanos, uma seleção invertida: a sobrevivência do menos aptos” (Euclides da Cunha apud Mello 2011, p. 133).

o fato de a República não conferir a esses intelectuais um lugar na política, não significa que não os tenha colocado em lugar algum. Os dois movimentos de que fala Maria Tereza Mello (2011) – a burocratização ou o refúgio nos altos escolões da estética – já os aloca em posições que, em pouco tempo, fará sentir seus efeitos, como vemos também com Miceli (2001; 1979).

Um dos efeitos que se faz sentir na revista que observamos diz respeito à carga semântica associada à política: categoria ligada a corrupções, faltas, veleidades é portadora de um sentido altamente negativo portanto. A ela se opõem a ciência e a literatura, carregadas, ao contrário, dos mais elevados sentimentos. A política é declarada não querida, devendo ser, segundo os parâmetros de alguns números da revista, evitada; a ciência e a literatura são as duas principais veias expressas pelo periódico, sendo altamente valorizadas e estimulados seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. São, assim, nos espaços conferidos à dita ciência e à literatura pelos quais vão, principalmente, circular a revista, seus redatores e leitores. Assim, disseram Amoroso Lima e Duque Estrada, em textos de apresentação enquanto redatores-chefes:

Como já tive ocasião de dizer, um dia, A Época será uma revista de estudo, não um órgão de partido. Polêmicas pessoais e artigos políticos serão excluídos.

Estou certo de que cada um de nós traz consigo o segredo de um governo ideal. Deixemos, porém, para mais tarde essas velleidades de derrubar as instituições: temos tempo de salvar o paiz...

O direito nos convida ou, quem sabe, nos ilude ainda; a literatura abre os braços para nos receber, a poesia nos sorri. Para que irmos além? (A Época, n. 40 a 42, abril, maio e junho de 1912).

Consoante o manifesto desejo geral, não nos occuparemos de guerillas pessoais e politiquices. (A Época, n. 54, abril de 1914).

A ausência pode ser atribuída ao convívio e à sedimentação da ideia segundo a qual a política e a ciência (ou o mundo da política e o mundo das letras, nos termos então correntes) deveriam – no estado em que se encontrava a política daquele momento – seguir separados, não em razão da inabilidade da ciência para dar conta de questões políticas nacionais, mas simplesmente porque, por um lado, não se conferia o espaço necessário para que cientistas pudessem contribuir para o seu desenvolvimento; por outro, porque a política daquelas feições não se conformava com os resultados esperados pela intelectualidade de então, conforme

nos indica Mello (2011)⁸.

Assim, ao expressar sua vontade de desenvolvimento da ciência e da literatura, a revista segue defendendo a cisão entre política e ciência, conferindo à primeira categoria sentidos negativos e à segunda ideais louváveis.

É importante dizer, por fim, que embora a revista expresse muitas continuidades quanto ao ideário dos mestres de seus redatores, a revista trará, quanto à sua formatação, ainda que com certo atraso em relação aos jornais brasileiros, características de uma atualização. Mantendo-se, assim, uma revista científica – expressamente apolítica, ainda que se entenda tal posicionamento político em si mesmo – e literária, com formatação tradicional, longos artigos e também longas edições, caminha, lentamente

⁸Vislumbro uma segunda ordem de razões – que pode ou não combinar-se com a primeira – relativa à tentativa de apagamento da política local do Rio de Janeiro, de que nos fala Freire (2012), como uma maneira de fortalecer a grupos políticos de outros Estados e a própria política nacional. Não explorei essa hipótese porque, de um lado, não dispunha de quaisquer informações sobre a origem dos alunos da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e, por consequência, dos redatores d'A Época. É bastante sabido que a capital federal era habitada por pessoas de outros Estados que vinham com fins variados, dentre eles, o de dar seguimento aos seus estudos. Assim, não seria surpresa perceber um grande número de alunos vindos de Estados ou mesmo de localidades do Rio de Janeiro cujos grupos políticos opunham-se à expansão da participação política das elites cariocas. Não foi possível, contudo, realizar esse levantamento, justamente porque a categoria política aparece em nosso corpus apenas discretamente e sempre em termos por demais abrangentes – não se fala da política nacional ou da política local; e raramente fala-se de eventos ou acontecimentos políticos – e sempre que presente se requer dela distanciamento.

e nem sempre de forma linear, para se desvincular do subsídio fornecido pela Faculdade, de modo a se tornar um órgão autônomo. Uma das importantes medidas é a abertura de espaço para propagandas de produtos e serviços que tanto oferece possibilidades financeiras quanto moderniza a revista em termos de formatação. Mais importante que sua feição estética, esses anúncios nos informam, de certa maneira, sobre o público d'A Época e sobre seus redatores. Propagandas de oficinas de livrarias, alfaiatarias, cursos e cigarros, além das reiteradas citações em francês e em inglês, da existência de uma seção de crítica literária e de tantos outros traços da revista apontam para um público-leitor que compartilha os hábitos da Belle Époque carioca (Carvalho 2012). Na próxima seção, aprofundamos o perfil que suas páginas delineiam.

O CONTEÚDO DA REVISTA A ÉPOCA (1906 – 1917)

Em uma tentativa de dar voz às multiplicidades de aspectos que emergem da revista, esta seção se organiza em três partes. Em um primeiro momento, descrevo como a revista se organiza enquanto instituição discente da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais; em seguida, busco entender a organização de seus temas e maneiras de abordá-los. Por fim, verifico quem seria, para a revista, o estudante de direito.

A organização institucional da revista

A *Época* se intitula como um dos órgãos discentes da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. É ela mesma que nos dá notícias de uma estrutura hierarquicamente organizada e moldada a fim de fazer representar os discentes daquela instituição de ensino. Fala, assim, de um corpo de funcionários, em parte eleitos em parte nomeados e de um Redator-chefe. Este último é a figura central, pois, além de comandar as atividades do periódico, é quem dá o tom da revista.

A estrutura narrada e a forma como é, anualmente, montada através de eleições, nos remete aos tipos weberianos de dominações, notadamente à distinção entre a dominação burocrática e a dominação que se dá por líderes eleitos. (WEBER, 2009, p. 144; 176). Para o autor, eleições diminuem o rigor do caráter hierárquico que há nas dominações burocráticas, uma vez que os subordinados não nomeados podem se valer de suas eleições da mesma maneira que o faz o seu superior, deixando, assim, de necessitar, irrestritamente, da construção de uma boa imagem para a formação de um juízo positivo a seu respeito. Weber considera, por essa razão, que a eleição faz com que a proximidade seja maior em relação à dominação carismática. Identifica como pontos de convergência o fato de ambas se pautarem em uma conquista daquele que almeja dominar, ou seja, depende

da aplicação de um esforço; e é o êxito de ter seduzido seus dominados que torna o líder legitimado para atuar. Sua dominação, todavia, é precária, já que se pode perder legitimidade a qualquer momento, bastando que não haja mais ratificação de suas ações. Weber entende, contudo, que o tipo ideal puro de uma dominação carismática tem em si um caráter autoritário, que é esvaziado no caso da eleição. Também se distancia da dominação carismática genuína porque o líder eleito deve conhecer as diretrizes jurídicas que envolvem a tomada de decisões; nesse sentido, está bastante próximo de uma dominação legal. Além disso, aplicando-se o mesmo princípio da eleição aos subordinados, não se tem uma dominação burocrática, pois, como já mencionamos, a hierarquia é bem mais suave; os subordinados não estão posicionados ali pela vontade do líder e sim pela expressão de um desejo exterior.

Ao observar o desenvolvimento da estrutura da revista, vejo que, em seu primeiro ano, contava apenas com um redator-chefe, um tesoureiro, um secretário e um corpo de redação bastante heterogêneo, abrigando, professores experientes e os jovens estudantes. Esse primeiro perfil deveu-se, principalmente, às necessidades de sua fundação: era preciso tornar uma ideia de revista em uma prática e a reunião daquelas pessoas se deu por iniciativa delas mesmas de assim

fazerem⁹. No entanto, logo no primeiro ano, após a publicação de seis números, reordenou-se de forma a incorporar representantes de cada uma das turmas que havia na faculdade. Assim, o corpo de redação tornou-se um espaço a ser preenchido exclusivamente por alunos das turmas por elas eleitos. Da mesma maneira, o redator-chefe passava pelo crivo eleitoral, sendo dispensados do pleito apenas o tesoureiro e o secretário, que eram convidados pela figura central do periódico, seu redator-chefe.

Em 1911, a revista faz crescer seu corpo burocrático. Incorpora, então, um secretário e um tesoureiro a mais, além de fazer pular de um representante de cada série para três. Cria ainda um cargo novo, o de diretor literário. A partir de então, algumas configurações vão se dar sempre diminuindo ou aumentando o número desses funcionários nesses cargos, até que, em 1913, surgem o redator-gerente, o redator-procurador e o diretor jurídico; juntamente com o redator-chefe e o redator-literário, formam a administração da revista. Todos os demais redatores, representantes das turmas da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Em 1914, passam a fazer a parte desse último setor

da revista os representantes de outras instituições de ensino, como a Faculdade Livre de Direito, Faculdade de Direito de Porto Alegre, Academia de Altos Estudos, Faculdade de Direito de São Paulo, Universidade de Buenos Aires, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Escola Polytechnica, Escola de Direito do Recife e Escola Normal.

À medida que a revista se consolida e dialoga com atores similares, como outras revistas acadêmicas, com a imprensa profissional, com grêmios jurídicos e literários e associações de estudantes, sua estrutura se torna cada vez mais complexa. Nesse sentido, a divisão do trabalho é cada vez mais racionalizada, de forma que algumas atividades que, antes, eram vistas como unas passam a ser designadas a pessoas que tratarão delas especificamente, como ocorre, por exemplo, com a criação dos cargos de redator-literário e redator-jurídico. Além disso, a revista percebe que precisa de pessoas dedicadas a funções-meio importantes para a manutenção do funcionamento do órgão. A racionalização da revista chega à criação dos cargos de redator-gerente e de um redator-procurador.

O princípio de representatividade informa a revista desde sua fundação, já que, como dito anteriormente, os redatores-chefes, assim como o corpo da redação, eram anualmente eleitos. Isso significa que, como nos adverte Weber (2009), desempenhavam suas

⁹Lilian Schwarcz (1993) lembra que o Decreto n.º 1.159 de 3 de dezembro de 1892 estabeleceu a obrigatoriedade de publicação anual de periódicos nas escolas de ensino superior do país. Não temos, entretanto, qualquer indicativo de que a revista tenha sido criada em razão dessa determinação legal. Parece-nos que é antes fruto de uma iniciativa dos alunos da casa que, juntamente com seus professores, desejavam equiparar aquela instituição de ensino às oficiais.

funções porque eram legitimados a assim fazerem. A eleição garantia ao corpo da revista certa autorização para a condução do periódico à maneira que mais bem atendesse ao programa que havia feito circular e, em razão do qual, pelo menos a princípio, teria sido votado. A essa liberdade correspondia a responsabilidade de representar a classe dos alunos nas diferentes esferas sociais pelas quais passavam: em eventos internos e externos de todos os tipos e na Congregação da Faculdade, fórum no qual eram – e ainda são – tomadas as decisões referentes à casa.

A responsabilidade precípua da representatividade recaía sobre os ombros do redator-chefe, o único, aliás, votado por todos os alunos. Era ele, assim, o protagonista da representação dentro e fora da Faculdade. O corpo da redação era formado, como dissemos, por representantes de cada turma. As eleições se davam separadamente do pleito para redator-chefe. Era, geralmente, dentre os representantes de turma da revista, que surgia o próximo redator-chefe.

Bastante curiosa é a narrativa sobre como se dava o processo eleitoral. Escolho um texto – aleatoriamente porque são todos muitíssimos similares – a fim de ouvir de seu autor como chegou àquele posto.

A vós todos que sufragastes meu nome para Redator-chefe da Época, eu devo um grande

agradecimento, não só pela honra com que me distinguistes, como pela confiança evidenciada e que aliás não procuro explicar. Àqueles que lançaram minha candidatura, aos amigos que insistiram na minha aceitação e trabalharam pela eleição, compete-me igualmente renovar-lhe, aqui, bem alto, os protestos de meu profundo reconhecimento e principalmente conceder-lhes uma explicação. (...)

Solicitado por inúmeros amigos, logo que terminou o mandato de meu ilustre antecessor, para aceitar o cargo no qual a vossa benevolência acaba de me investir, e não me julgando com forças bastantes para arcar com as responsabilidades a eles inerentes, considerei a resposta negativa como um dever de consciência. Insistiram, porém, lembrando-me a era difícil que A Época ia atravessando e a necessidade de um esforço combinado para sua conservação; obtiveram afinal minha aceitação.

(...)

Quanto à minha posição durante a eleição, o que poderá ter parecido a muitos indiferença, não foi mais que a manifestação de um dos meus desejos: colocar-me fora de qualquer lucta partidária, alhear-me a discussões de políticas,

deixar enfim que a eleição se desse com a liberdade e a maior isenção de ânimo. É por isso que hoje posso declarar bem alto: não solicitei votos a quem quer que seja, não procurei influenciar espíritos para sufragarem meu nome.

E orgulho-me de poder falar assim, não por um sentimento de jactância, mas porque procedi em virtude de um dos princípios da minha vida acadêmica; afastar-me dela seria trair minha consciência.

(...) (Amoroso Lima. *A Época*, n. 40 a 42, 1912).

A eleição para o cargo é, conforme indicações da própria revista, bastante disputada e, no entanto, ironicamente, nenhum dos redatores-chefes gostaria de ocupar o cargo ora por não ter forças, ora por haver melhores candidatos, ora porque não se comprazem de eleições, e assim por diante. Nunca são deles a iniciativa de concorrer ao posto; a candidatura é lançada por seus amigos que acreditam no potencial inovador e no talento de seus candidatos. O amigo que desejam ver ocupando o cargo de redator-chefe nega o convite, em um primeiro momento. Após essa negativa, há a renovação do pedido, até que, diante de tamanha insistência e prova de confiança, o indicado resolve aceitar. Nesse instante, caso já fizesse parte do corpo editorial, sabendo que concorreria ao cargo, escreveria uma carta ao redator-chefe em exercício, informando do pedido

de seus colegas e de sua aceitação, e pedindo sua dispensa. Em seguida, uma espécie de programa para a revista, em que os pontos de alteração e manutenção, contendo perfil mesmo que deseja imprimir à revista, é confeccionado e o candidato por vezes não fazia campanha eleitoral. Sendo, enfim, eleito, redige e publica um discurso similar ao exposto acima.

Essa tradição expressa um desejo de afastamento do processo eleitoral e da política institucional. Como bem sabemos, a revista não era o único órgão de representação discente. Em sua casa, logo em 1909, apenas três anos após a inauguração da revista, já se tem notícias da existência de um Grêmio Jurídico e Literário; a revista traz também informações sobre Associações de Estudantes e Centros Acadêmicos de outras instituições de ensino. O Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), órgão de representação discente da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, passaria também por suas páginas. Os redatores-chefes daquela revista conheciam a política estudantil de seu tempo – a noticiavam, posicionando-se a favor dos estudantes, vez por outra, quando truculências governamentais aconteciam – e entretanto não desejavam ter a sua imagem atrelada aos mecanismos de que ela se valia.

Duas leituras – complementares – podem ser feitas. A revista também operou a construção de um par de antônimos assimétricos (KOSELLECK,

2006), na qual ciência e literatura estão ligadas e opõem-se à política. Não se pode fazer uma e outra ao mesmo tempo; à política, como vimos, associam-se categorias como polêmicas pessoais, veleidades, destruição, lutas, vazio de ideais; à ciência ligam-se as noções de lisura, de futuro, de construção, de paz, de ideais. A aproximação de um redator-chefe do universo da política significaria o passeio de nome pela primeira rede semântica; importaria, portanto, uma diminuição de seu valor, um sinal de fraqueza de seu espírito. Tomemos a fala de Gilberto Paranhos da Silva, redator-chefe da revista durante o ano de 1917:

Em maioria absoluta, os nossos homens políticos ocamente vazios de convicções e de princípios, nunca tiveram programas, nem ideais. (...).

Por consequência, o Brasil está desviado do rumo que lhe traçara a mão benévola da sorte. Ao invés de nortearem pela rota segura e intermína do progresso, esses conquistadores do poder o tem trazido sob a perspectiva horrenda de um naufrágio (...)

Foram tais patrícios, inimigos da Pátria, que transformaram o simples desgosto primitivo num sentimento de profunda aversão pela política. (A Época, n. 72, 1917).

Seria possível imaginar que o fato de não ter influído no processo eleitoral pudesse alterar o caráter de sua legitimidade. Embora eleito e, portanto, reconhecido como legítimo, não se propôs à disputa, já que sequer partiu dele o intento de candidatar-se. De onde vem, então, o reconhecimento de seu êxito se venceu uma disputa que não lutou? Ela advém de suas notórias qualidades de probo homem de letras, de seu talento para a ciência e para os versos. Ao descolar-se do processo eleitoral, seu etos caminha no mesmo sentido daquele mostrado pela revista. Cria-se, dessa maneira, uma legitimidade que se baseia em um carisma, mas com feições bastante peculiares: um eleito que não se candidata; é um nomeado em razão de suas virtudes. Não quaisquer virtudes, todavia, mas aquelas atreladas ao conhecimento e à ciência: no embate entre ciência versus política, nas páginas de A Época, a primeira prevalece.

A organização temática da revista

A revista traz artigos de tamanhos variados sobre temas do direito e também contos e poemas. Quanto ao primeiro, é possível perceber que há textos de duas naturezas: uma pequena parte deles – boa parte de autoria de professores da casa – traz discussões que se pretendem inovações teóricas e uma vasta maioria que, não sendo textos de opinião, que busca didatizar certos conteúdos jurídicos.

A seção intitulada *Encyclopedia Jurídica*, escrita entre os anos de 1912 e 1913, em vários números, por Bruno Mendonça, estudante do 3º ano do curso, não poderia deixar de se mencionada. Nela, encontram-se anotações feitas pelo estudante das aulas do Prof. Paulino Soares de Souza por ele frequentadas. O professor era responsável por aulas de disciplinas introdutórias ao estudo do direito e, após ler os artigos, passou a colaborar com a revista, anotando os textos do aluno. Assim, os longos artigos vinham acompanhados do subtítulo “notas revistas pelo professor” e da indicação do ponto do programa do curso a que se referia. Tratava-se mesmo do compartilhamento das anotações daquele estudante com a comunidade acadêmico-universitária. Era, provavelmente, um instrumento importante de registro das aulas e de estudo que passava a percorrer a escola. Esses textos recorrem a um discurso de cunho majoritariamente didático, isto é, apoiam-se em uma forma própria de um discurso de transmissão de conhecimentos; são discursos de segunda ordem, derivados de discursos que visam a produção de conhecimentos novos (MOIRAND, 2008). Essa maneira de circulação do conhecimento desenvolvido em sala de aula muito não poderia de me remeter à “cultura do caderno”, tão conhecida dos alunos do curso de direito atual, pela qual se abandona a leitura de obras de referência para se proceder ao estudo do conteúdo veiculado oralmente

pelos professores em suas aulas. Não podemos, por óbvio, dizer que as razões para a circulação de anotações de aulas hoje sejam as mesmas daquele momento. No início do século passado, como nos indica pesquisa de Simone Meucci (2011) e a obra de Miceli (1979), a produção bibliográfica ainda era incipiente e estava atrelada às sistematizações feitas por professores para seus cursos. Provavelmente, uma seção como a de *A Época* era um rico apoio aos estudantes que careciam de livros de estudos.

Uma investigação interessante refere-se aos textos literários. Seguramente, seria necessário um estudo à parte para o tema, já que de textos dessa natureza segue caminhos distintos da análise daqueles que não são voltados para fins estéticos. Por essa razão, não procedi a uma sistematização da temática desses textos, tampouco os analisamos de maneira específica. Falarei de uma característica que salta aos olhos e que é bastante representativa daquela comunidade. Seleciono dois dos mais de cem poemas encontrados na revista para que melhor se visualize o debate. Escolhi um poema do primeiro número do periódico e outro do último ano desta pesquisa. Vejamos:

Olhar estranho

*Encerra aquele olhar doçura
tanta/ E uma serenidade tão
severa, / Que, se às vezes o julgo
de uma santa, / Outras se me
afigura de uma fera.*

*Enfeitiça, seduz, arrasta,
encanta;/ Humilha, vence, mata,
dilacera, / Tem os gelos do inverno
que quebranta, / E os sorrisos
gentis da primavera.*

*Agora, entre relâmpagos, fuzila.
/ Logo após, numa súbita mudança.
/ Serenamente límpido, cintila.*

*São pupilas de esfinge,
decifradas, / Feitas de desespero
e de esperança,*

*De treva e luz, de poentes e
alvoradas. (Jonathas Serrano.
A Época, n. 1, 1906)*

Águas

*Águas, turvas e claras há na
terra;/ Estagnadas, correntes,
borbulhantes;/ Água de mar, que
oscila; água de serra, / Que desce
argêntea em córregos/ cantantes;*

*Água quieta dos lagos; água
que erra/ sob o chão e que, apenas
por instantes, /uma cisterna a
altura lhe descerra;/ água altívola
em cumulus distantes...*

*Ah! mas uma água existe
dentre as águas, / Que, sendo a
lava do vulcão profundo/ D'álma
cadente de paixões insanas, /*

*É o maior limite o para as
maguas:/ - Água do Céu, que
surge neste mundo/ Gottejando
das palpebras humanas!*

*(Gomes Leitte. A Época, n.
74, 1917)*

Quanto à forma, ambos os poemas são expressos em sonetos italianos (dois quartetos e dois tercetos); o primeiro deles segue um esquema rimático de interpolação; o segundo também em relação às duas primeiras estrofes, inovando nos dois últimos tercetos, quando as rimas se intercalam tomando-se por referencial versos de estrofes diferentes. Quanto ao seu conteúdo, a relação do eu-lírico com o objeto de que falam não é de proximidade: o primeiro texto fala do olhar – sem que se indique de quem é ou se mantém alguma relação com a voz dos versos; o segundo trata de lágrimas de uma maneira bastante impessoal, descrevendo-as como um fenômeno natural, fruto, sem dúvida, de paixões, mas situadas dentre outras modalidades de águas que são encontradas na natureza. São poemas curtos, de formas exatas, linguagem acurada e econômica. Supõe-se se tratar de obras de inspiração parnasiana. Sobre o parnasianismo, Maurício Silva diz:

Sem dúvida nenhuma, trata-se de uma época marcada por uma profunda heterogeneidade estética ou de um incondicional ecletismo literário, mas de um ecletismo que perde consistência diante dos pressupostos estéticos propalados pela Academia Brasileira de Letras, a que muitos autores do período aderiram incondicionalmente, pois, apesar

das variedades de tendências artísticas, pode-se dizer que havia uma espécie de prevalência de uma estética oficializada, logo incorporada pela academia e seus próceres. (SILVA, 2011, p. 96)

Alfredo Bosi (1977) fala da literatura do momento inicial da Primeira República como uma literatura acadêmica, fundada na preocupação com a linguagem – especialmente com o uso de um vocabulário preciso, porém sofisticado (RAMOS, 1967) – em função da qual se poderia inferir a qualidade de um autor. Antonio Candido (1967) é severo crítico do movimento artístico dos anos da belle époque carioca; nomeia essa literatura em termos diferentes; chamando-a de pós-romântica e caracterizando-a como uma literatura de permanência da estética anterior, baseada em um purismo gramatical e no culto à forma; não deixando de criticá-la por seu tom aristocrático (já que inacessível, de acordo com o autor, ao homem comum) e por sua superficialidade, isto é, por não tratar de questões político-sociais de sua época.

Boa parte das críticas que se fazem aos parnasianos não são suas contemporâneas. O movimento estético iniciado em fins dos oitocentos mantinha estimado prestígio em seus anos. Ângela Castro Gomes (1993) dá notícias da proximidade desses que seriam os representantes do parnasianismo mais

conhecidos, Olavo Bilac e Coelho Neto, com grupos boêmios da Rua do Ouvidor. A Academia Brasileira de Letras e poetas recém-chegados ao Rio de Janeiro conviviam e formavam, aqui, heterogêneas redes de sociabilidade (GOMES Â. C., 1993, p. 66) que informariam o início da experiência modernista carioca.

A Época não deixa de manifestar, abertamente, sua admiração por Olavo Bilac. Em noticiário sobre a visita do poeta à Escola Normal de São Paulo, reportado pela revista Estímulo, órgão daquela instituição de ensino, diz:

Bilac é encantador, e imaginamos a voz altíloqua do nosso príncipe anacreôntico recitando aquelas palavras cheias de fé, principalmente agora que Bilac, vendo a falsidade do terreno em que pisava, quando aconselhou o Brasil num vasto quartel para a regeneração do caráter nacional, vai, aos poucos, desviando o corpo para atirar-se a uma causa muito mais sensata, muito mais nobre, muito mais civilizadora – a luta contra o analfabetismo, apontando o livro, a ideia pura, mobilizadora e superior, como sitio para onde devem convergir todos os esforços. (A Época, n. 72, maio de 1917, p. 30-31)

O encantamento que a figura de Bilac encerra aliado aos versos dos poemas citados faz crer que os preceitos dessa literatura eram caros aos jovens redatores e colaboradores d'A Época. Para conhecer as linhas diretivas desse estilo literário, recorre-se ao famoso texto de Alberto de Oliveira – ilustro parnaso –, O culto da forma na poesia brasileira, que assim descreve-as:

Aquela expressão perfeita, a ciência e o respeito da língua, a repugnância ao emprego de epítetos gastos e não precisos, de imagens que por serem de todos, ficam sem autoria responsável, de termos vagos, sem outro préstimo senão o de enchimento, de cunhas ou rípios, e por sua vez, e por assim dizer, o matiz vocal do ou música variada da frase, com exclusão das monofonias viciosas no verso e na rima; as rimas ricas, de palavras de diversas categorias gramaticais, acostadas às irmãs vulgares ou de uma só classe, como a socorrê-las piedosas, amparando-as em sua pobreza, a elevação, a pureza, a distinção da linguagem poética, tais foram e continuam ser as aspirações, o sonho, o ideal da forma parnasiana. (Apud COUTINHO, 1977, p. 594)

André Botelho (2011) afirma que há certa negligência da crítica especializada em lidar com a dimensão social do parnasianismo. Esse movimento estético é um dos temas centrais em Pequena história da literatura brasileira, de Ronald de Carvalho – obra analisada por Botelho. Nela, o parnasianismo é entendido como um dos legados de nossa herança ibérica. Bastante criticada por Sérgio Buarque de Holanda, Prudente de Moraes Neto e Mario de Andrade, essa obra apresenta indicativos de que a estética parnasa estaria conectada ao caracteres nacional e aventureiro que nos deixaram os portugueses. De acordo com Ronald de Carvalho, o espírito aventureiro seria afeito ao idealismo e, portanto, à distância com a realidade, de modo que a prevalência por um vocabulário raro, uma concepção rigorosa de forma dissociada do conteúdo seriam assim, para Ronald de Carvalho, suas expressões.

Botelho (2011) está mais preocupado em pensar como Ronald de Carvalho chega a essas conclusões e privilegia sua inserção no debate sobre o caráter da nacionalidade ou sobre a brasilidade. Assim, coerentemente, não debate com os argumentos do autor do livro que constitui seu objeto de análise. Aproveita-se dessa leitura a possibilidade de ver o parnasianismo a partir de um ponto de vista sociológico. Nesse sentido, pode-se afirmar que

prevaleram sobre o parnasianismo as críticas que se consolidaram com o movimento estético que o sucedeu; o modernismo. Tais críticas, de certa forma, contribuíram para uma associação das imagens do bacharel ao parnasianismo, como pode-se encontrar em *Raízes do Brasil* e *Retrato do Brasil*, respectivamente: “De onde, por vezes, certo tipo de erudição sobretudo formal e exterior, onde os apelidos raros, os epítetos supostamente científicos, as citações em língua estranha se destinam a deslumbrar o leitor como se fossem uma coleção de pedras brilhantes e preciosas” (HOLANDA, 1995, p. 165); “Ciência, literatura, arte – palavras cuja significação exata escapa a quase todos. Em tudo domina o gosto do palavreado, das belas frases cantantes, dos discursos derramados: ainda há poetas de profissão” (PRADO, 1997, pp. 203-204 Apud BOTELHO, 2011).

De fato, a tríade de que fala Paulo Prado se dava, em *A Época*, de maneira bastante entranhada: de um lado, pelo entranhamento visual, já que apenas no final do década de 1910, tem-se a disposição de poemas em seções próprias; antes, esses podiam ser encontrados por entre os parágrafos dos trabalhos acadêmicos. Por outro, havia um enlace constitutivo: a escrita acadêmica não se fazia em uma formação discursiva distinta da literária. Os preceitos parnasianos visitavam também os textos não-literários. O

leitor encontrava, em todos os textos, uma linguagem sofisticada e repleta de recursos próprios da literatura.

É nesse sentido que a fala de Manoel Paes Leme, primeiro redator-chefe d’*A Época* se constrói: “(...) uma outra razão aqui nos traz, um outro móvel aqui nos detém – cultivar as letras e sempre honrar a classe acadêmica – eis o nosso lema, eis a nossa divisa” (*A Época*, n. 1, 1906. Grifos no original).

E, de fato, a revista segue o modelo que emprega em seu nome: é realmente uma revista científica¹⁰ e literária. Cerca de 40% de seus textos estão inscritos no gênero literário; o poema é a forma por excelência de sua manifestação, mas também são contemplados os contos e crônicas, tendo essa última intitulado uma seção que permaneceu sendo publicada por mais de 3 anos seguidos, ou seja, por cerca de 20 números.

O ESTUDANTE DE DIREITO DAS PÁGINAS DA REVISTA – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste último tópico, busco consolidar a imagem do estudante de direito das páginas da revista. Apresento um texto de Honório Bicalho, então aluno do quarto ano, da edição de números 52 e 53 de 1913, em que faz um esboço psicológico do estudante de direito. Resumo, abaixo, sua descrição de cada perfil de aluno.

¹⁰ Aceitando-se o termo científico tal como entendido por aquela comunidade.

O autor apresenta os tipos dos alunos de cada ano. Segundo ele, o estudante de 1º ano seria aquele muitíssimo interessado em todas as disciplinas e que idolatra seus professores. O aluno de 2º ano seria o já ambientado com a Faculdade e um integrante da vida acadêmica: traja a vestimenta esperada elegantemente, fala os argots jurídicos e trata das constitucionalidades de tudo, “sem ver que, no estado actual de nossa civilização, são elles os únicos que com isso se preocupam”. Já o aluno de 3º ano seria o mais despojado: já descuidado de sua aparência, sabe que não é um “jurisperito”; conhece o suficiente para entender que há muito a aprender, mas fica feliz que começar a manusear o texto das leis. No 4º ano, é um integrante da Faculdade, envolvido nas questões de seu cotidiano; é um quase parlamentar: “preside às sessões acadêmicas em que os futuros deputados se começam a adestrar no exercícios de argumentos usados nas Assembleias Legislativas, taes como berros, insultos, desordem, fraudes, avacalhamentos ‘et caterva’, isto, em verdade, sem distincção de séries, mas dependente apenas da vocação parlamentar de cada um”. Além disso, é nesta fase que o estudante começa a trabalhar no ramo jurídico: “conforme o gráo de parentesco ou de amizade e, conforme tambem as ‘aptidões do rapaz’, o faz mais ou menos de moços de recados, do que, aliás, não se tem que envergonhar, pois é mui

provável que por ahi tenham começado todos os Ulpianos de hoje”. O estudante de 5º ano é o bacharelado. Fora da faculdade, já sente que sabe todas as leis, é já o “Sr. Dr.”.

Pensa em casar: si não tem namoro na zona, arranja-o, leva a pequena ao cinema, trata dos negócios do futuro sogro e é sempre importante, orador obrigado e escolhido em todas as festas de baptisados e picnics, orador que se offerece as harengas públicas e manifestações íntimo-engrossativas a qualquer policôte desde que seja ‘puchada’ a chopp, retrato a óleo e notícia de jornaes. (A Época, n. 52 e 53, 1913. p. 101)

Na faculdade, haveria então dois subtipos: (a) o que é já aparentemente um advogado; fala de seus casos interessantes, dos interesses de seus constituintes; e (b) o que só se preocupa com as festividades de formatura. Ao final, já bacharéis, sofrem sua primeira desilusão: a realidade.

Trabalhar, duramente, para, assim, aos poucos, subindo, possam vir a ser mais tarde alguma coisa, si antes disso não tiveram arranjado um padrinho político que,

de um momento para o outro, os façam delegados de polícia, chefes de repartição, secretários de embaixada ou mesmo deputados... (A Época, n. 52 e 53, 1913. p. 101).

O texto de Honório Bicalho sintetiza a vida do estudante do direito em suas mais variadas performances e retrata o que se vê nas páginas da revista: através de um discurso marcado pelo rebuscamento e pelo contínuo distanciamento da vida social e política – entendida aqui como a que ocorria fora dos muros, encontra-se um estudante de direito que vivencia a política estudantil sem querer ter sua imagem atrelada à política tal como se via na recém-inaugurada República, um futuro homem público dependente de suas redes familiares e políticas e um intelectual em formação.

Compreendendo o momento que vivenciavam e os ambientes pelos quais passeavam os personagens da revistas, vejo que boa parte desses alunos puderam fazer mais que simplesmente frequentar as aulas daquela instituição de ensino. A Faculdade de Direito daquele momento é frequentada por muitos órgãos estudantis – desde aqueles reconhecidamente engajados em uma política estudantil, como os centros acadêmicos e as associações e federações de estudantes, até os

majoritariamente literários, como o grêmio jurídico e literário. Esses jovens experimentaram um processo de socialização bastante fecundo em relação à vida pública. Tais processos se davam em um momento em que os limites da esfera pública não estavam assim claramente delimitados. Por exemplo, a revista estabelece uma ponte semântica entre a política e as polêmicas pessoais. Os relatos dos discursos de apresentação de redatores-chefes e as crônicas demonstram que as disputas institucionais são interpretadas como questões personalíssimas. São frequentemente publicadas que visam à resolução de questões da revista; embora inscritas em um léxico de bastante próximo aos amizade, são cartas públicas. São também exemplificativos os relato de eventos em que professores abrem suas casas a alunos, como extensão de seus gabinetes ou escritórios. A edição de números 34 a 36, de 1911, relata a festa de aniversário do Professor Doutor Sá Vianna: os alunos vão à sua casa, há entrega de presentes bastante caros – uma pasta de advogados com seu nome em uma placa de ouro e um exemplar do Folha Acadêmica impresso em ouro. A presença de sua esposa é também noticiada, como uma pequena homenagem aos doces que oferece. Brindes são feitos e, após eles, uma visita ao gabinete, com mostras de livros e medalhas, e o

oferecimento de um exemplar de seu livro *Fallencias* com sua assinatura a um dos alunos.

Esses relatos constituem parte de um sistema de representação em que as fronteiras entre a esfera privada e a pública não são dadas. Os alunos que estiveram n'A Época conheceram a vida de homens públicos – juristas, acadêmicos e literários – de perto, tendo alguns deles, em seguida, tornado juristas, acadêmicos e literários.

Os temas da revista expressam que o estudante de direito não seria um puro acadêmico ou um técnico advogado. Seria antes um jovem de formação plural; um tanto conhecedor da boa escrita, da boa oratória quanto do direito. Sua formação não privilegiaria, assim, um único aspecto da vida de um jurista, já que essa era repleta de possibilidades. O que o atrai é uma formação voltada para a vida pública, ainda que essa não seja a vida política à maneira da Primeira República.

O estudante de direito daquela comunidade argumentativa é, assim, um intelectual de seu tempo em formação, construindo, ainda na faculdade, a versatilidade de habilidades e a difusão de conhecimento características dos já consagrados pensadores com que conviviam. Experimentavam assim o cultivo de uma erudição horizontal, em que o limite entre disciplinas e entre o fazer artístico e o fazer científico

eram ainda obscuros. Não é sem razão que os egressos da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro puderam circular, com notoriedade, por campos hoje entendidos como alheios, mas que eram, naquele momento, próximos. Embora não tenha privilegiado, nesse estudo, a trajetória de vida dos redatores-chefes e colaboradores da revista, posso citar personagens que viriam a se tornar figuras importantes tanto do universo das letras, como Ronald de Carvalho e Duque Estrada, quanto do universo jurídico; Amoroso Lima é um caso interessante em que a qualidade de intelectual o levará a ocupar ambos os espaços.

Concluo retomando a ideia de que esses estudantes representados são ainda tomados, pela revista, como portadores de atitudes e posturas que podem garantir o avanço; o campo, entretanto, no qual devem atuar não inclui palanques ou urnas eleitorais. Seriam, antes, as letras e a ciência seus espaços.

Assim, embora Mello (2011) fale de um desencantamento – e de fato entendemos a primeira experiência republicana brasileira tenha causado decepção à intelectualidade, sobretudo, carioca – o fato de envolver uma juventude em muito contribui para um tom positivo quando se fala do futuro. Vemos uma classe de estudantes representada, no periódico, como

uma mocidade emissária de um porvir promissor, fruto de seu talento e mérito: “Apresenta-se na liça com grande entusiasmo, disposto a vencer pelo próprio merecimento. E certo lhe não faltarão triunfos, coroando o seu esforço” (A Armando Costa, A Época, n. 45 – 46, 1912).

REFERÊNCIAS

ALONSO, Â. Ideias em movimento. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, A. B. Jornalismo acadêmico. São Paulo: Separata da Revista do Arquivo Municipal n.º 190. 1977.

BOSI, A. As letras na Primeira República. In B. FAUSTO, História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano. Sociedade e instituições (Vol. 2, pp. 293-319). Rio de Janeiro: Difel, 1977.

BOTELHO, A. A Pequena história da literatura Brasileira: provocação ao modernismo. Tempo Social, 23(2), 135-161. nov. 2011.

CANDIDO, A. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In A. CANDIDO, Literatura e sociedade. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1967.

CARVALHO, J. M. Os bestializados. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, M. A. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 22(65), 17-31. out. 2007.

CARVALHO, M. A. Irineu Marinho. São Paulo: Globo, 2012.

FREIRE, A. Uma capital para a República. Em A. FREIRE, Sinais Trocados (pp. 39-48). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

GOMES, Â. C. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. Estudos Históricos, 6(11), 62-77. 1993.

GOMES, Â. d. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará., 1994.

HABERMAS, J. Mundança estrutural da esfera pública. (F. R. Kothe, Trad.) Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil (26 ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSELLECK, R. Futuro passado. (PUCRJ, Ed.) Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LESSA, R. A invenção da República: da aventura à rotina. Em M. A. CARVALHO, A República no Catete. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

MELLO, M. T. A república e o sonho. Varia História, 27(45), 121-139. Jun. 2011.

MEUCCI, Simone. Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos. 1. ed. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.

MICELI, S. Os intelectuais e a classe dirigente no Brasil. São Paulo: Difel, 1979.

MICELI, S. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOIRAND, S. Em P. CHARAUDEAU,

& D. MAINGUENEAU, Dicionário de Análise do Discurso (2ª ed., pp. 165-167). São Paulo: Contexto, 2008.

POCOCK, J. A. Linguagens do ideário político. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

PRADO, P. Retrato do Brasil (10 ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RAMOS, P. E. Do Barroco ao Modernismo. São Paulo: Conselho Editorial de Cultura, 1967.

SILVA, M. Literatura Academicista e Formalismo Estético na Passagem do Século: a Poesia Parnasiana. *Linha d'água*, 24, 95-109. 2011.

SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, 3-53. 1969.

SODRÉ, N. W. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WEBER, M. Economia e Sociedade (Vol. I). (R. B. Barbosa, Trad.) Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009.

Camila Souza Alves

Mestre em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Letras (habilitação para Inglês e Literaturas) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é assistente de pesquisa e tutora de ensino na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito Rio).